

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 55606 - BA
(2017/0273803-9)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : ADALVIO LACERDA BRITTO
AGRAVANTE : ALELUIA REBOUCAS DE CASTRO
AGRAVANTE : ANA LUCIA CASTELLANI FAJARDO FREIRE
AGRAVANTE : CARLOS ALBERTO ROCHA SAMPAIO
AGRAVANTE : EDUARDO JOSE DOS SANTOS ROCHA
AGRAVANTE : FERNANDO MORGADE CORTIZO VARELA
AGRAVANTE : GERALDO AUGUSTO MESSEDER BARRETO
AGRAVANTE : ISAURA MARIA CARVALHO DE ANDRADE
AGRAVANTE : JUCARA LEO TANAJURA
AGRAVANTE : JULIO FLORENCIO BORGES NETO
AGRAVANTE : ANA MARIA OLIVEIRA PIMENTA
AGRAVANTE : MANOEL CASAL REY
AGRAVANTE : MARIA YOLANDA CAJUEIRO MIRANDA
AGRAVANTE : NORMA CARDOZO HAFELE
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS TEIXEIRA TORRES JUNIOR E
OUTRO(S) - BA017799
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SALVADOR
PROCURADORE : LUCIANA BARRETO NEVES E OUTRO(S) -
S BA014160
WILSON CHAVES DE FRANÇA - BA024359

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. PROGRESSÃO NA CARREIRA. CRITÉRIOS OBJETIVOS DE PROMOÇÃO. TITULAÇÃO E TEMPO DE SERVIÇO. EXTENSÃO AOS INATIVOS. FUNDAMENTOS DO VOTO CONDUTOR NÃO INFIRMADOS. ÓBICE DA SÚMULA 283/STF.

1. Caso em que o acórdão recorrido concedeu parcialmente a segurança para determinar que os impetrantes aposentados "sejam alocados nas classes respectivas de acordo com o tempo de serviço já prestado, autorizar o direito de progredir 1 (um) nível, por título, na Tabela de Vencimentos, limitado o avanço a 02 (dois) níveis, e determinar a extensão da Gratificação por Avanço de Competência, observada a prescrição quinquenal". Quanto aos "aposentandos", isto é, àqueles que, embora na ativa, já reuniram os requisitos para a aposentadoria, o TJBA reconheceu a falta de interesse de agir.

2. A ausência de impugnação a fundamento que, por si só, respalda o resultado do julgamento proferido pela Corte de origem impede a admissão do recurso em mandado de segurança. Incide ao caso a Súmula 283/STF. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator